

Por um programa genealógico feminista-antirracista das relações internacionais

Raissa Wihby Ventura

Feminismo não é uma filosofia nem uma teoria, tampouco é um ponto de vista. É um movimento político sem precedentes de transformação do mundo”. As transformações começam a ser operadas no momento mesmo em que se formula a pergunta que nos convida à ação-imaginada: “O que aconteceria se acabasse a subordinação política, social, sexual, econômica, psicológica e física das mulheres?”¹ (Srinivasan, 2021, p. 11).

A tarefa de imaginar mundos possíveis e alternativos àqueles que se impõem aqui, hoje e agora não poderá ser encerrada pela pena de quem formula uma ou outra teoria, filosofia ou conhecimento científico. Supor o contrário nos levaria a incorrer naqueles erros anunciados pela crítica a respeito dos riscos da moralização da política e das

¹ A suposição de acordo com a qual haveria um sujeito do feminismo, qual seja, a mulher, é inteiramente rejeitada aqui. Rejeitamos, inclusive, a necessidade de se afirmar haver um sujeito do feminismo que é anterior a ação em concerto. Quando se recorre ao termo, nos limites deste capítulo, ele deve ser lido como uma categoria aberta e em movimento, capaz de representar as mulheres negras, trans, indígenas e todas aquelas que carregam, em suas vidas, as marcas de relações de opressão e dominação de gênero, sexualidade, raça, classe e nacionalidade.

denúncias sobre os exageros de uma razão normatizadora. O que não quer dizer, por outro lado, que o movimento transformador operado no instante em que esse convite é formulado –o convite à ação-imaginada feminista– não tenha implicações sobre o modo como produzimos conhecimento. Tampouco significa que a faculdade de imaginar não seja central para as maneiras pelas quais produzimos conhecimento – teórico, filosófico, científico.

A ação-imaginada não se encerra, no entanto, nos feminismos – ou seja, não são apenas o gênero, os femininos e as mulheres os sujeitos que compõem o exercício. É o que nos ensina Saidiya Hartman (2008) ao propor: *e se pudéssemos imaginar que jovens mulheres negras são sujeitos revolucionários?*, sujeitos do domínio internacional, sujeitos políticos, sujeitos do conhecimento dito válido e justificável.

É justamente neste encontro entre feminismos, imaginações antirracistas, construção de conhecimento e os contornos de uma pesquisa que este capítulo está assentado.

Aceitamos, portanto, como ponto de partida, que os feminismos-antirracistas não se resumem a uma ou outra teoria, ponto de vista, saber científico ou filosófico; porém, disso não derivamos a defesa de que as teorias, as filosofias e os pontos de vista não possam ser *qualificados como* ou *nomeados como* feministas-antirracistas. Inclusive, diferentes perspectivas feministas –e o foco recai sobre os feminismos em geral– estão, como nos ensinam Sandra Harding e Kathryn Norberg (2005), no centro das mais importantes transformações metodológicas e epistemológicas ocorridas nas últimas décadas. Nesta mesma direção, há quem sustente que as posições feministas são exemplos de como podemos *imaginar* outros modos de pesquisar, conceber, fundamentar, justificar e conhecer o mundo (Gray, Williamson, Karp, Dalphin, 2007, p. 212). A imaginação, no sentido tratado neste capítulo, é também uma faculdade esperada de quem se propõe a construir conhecimento feminista-antirracista sobre as relações internacionais.

É como parte desse esforço conjunto de imaginação no “campo de forças” da produção de conhecimento que Sandra Harding (1987) indaga se *Existe um método feminista?*; *O sexo de quem conhece é epistemologicamente significativo?*, provoca Lorraine Code (1981); *Existiria uma voz moral diferente daquela frequentemente representada por homens e apresentada como universal?*, pergunta Carol Gilligan (1982); *O que o feminismo requer da epistemologia?*, questiona Miranda Fricker (2000); *Quais seriam as contribuições metodológicas feministas?*, pergunta Ann Tickner (2006); *Existiria uma contribuição distintivamente feminista e latino-americana sobre os fenômenos internacionais?*,² poderíamos questionar. Cada uma dessas perguntas pode ser interpretada como intervenções nas maneiras pelas quais as ciências e a filosofia, em geral, e as ciências sociais, em particular, definem os termos *do que é* (ou pode ser reconhecido como) conhecimento válido e os termos de uma “boa” pesquisa –ou de uma *good science*, na formulação de Harding (1986).

Ao posicionarem as preocupações feministas no centro do debate sobre a produção do conhecimento, cada uma dessas perguntas contribuiu para um projeto –ainda e necessariamente inacabado– cujo centro gravitacional orbita em torno das maneiras pelas quais

² Argumentamos que tal pergunta pode guiar nossos esforços interpretativos dedicados àquelas perspectivas centradas nas possibilidades que carregam os contornos de(s)coloniais de uma pesquisa sobre o internacional. Podemos apenas apontar, neste momento, mas a pergunta sobre se *Existiria uma contribuição distintivamente feminista e latino-americana sobre os fenômenos internacionais?* pode oferecer uma chave de leitura interessante para os debates propostos em: Ballestrín (2013); nos trabalhos reunidos em Castro-Gómez e Grosfoguel (2007); Acharya, Deciancio e Tussie (2021); Curiel (2007, 2009, 2014a, 2014b); Espinosa Miñoso, Correal e Muñoz (2014); Walsh (2005); e nos textos reunidos em Lander (2005). Ainda que de maneira indireta, a proposta que ora apresentamos pode indicar a possibilidade de respondermos positivamente a esta questão. É indireta exatamente porque não é parte dos nossos esforços argumentativos afirmar o que há de distintivo, no sentido de ser latino-americano, no programa apresentado.

as perspectivas ditas *tradicionais* da produção do conhecimento promovem, obstruem e/ou dificultam a consolidação de relações sociais igualitárias – especialmente com relação ao gênero, à raça, à classe social e, devemos adicionar, à nacionalidade. Entre as teorias das relações internacionais (RI), o debate metodológico e epistemológico proposto por feministas ganhou contornos específicos que merecem, não resta dúvida, ser destacados (Sylvester, 2004, 2014; Grecco, 2020).

A relação entre os feminismos e as RI convencionais ganhará aqui uma qualificação inicial: trata-se de uma relação difícil e, para alguns, definida como perigosa. Quando Christopher Coker reagiu ao reconhecimento das mulheres como um sujeito/objeto de análise legítimo das teorias das relações internacionais, o que estava em disputa era a premissa sobre *o que* produz conhecimento e sobre *qual* é o conhecimento válido – aquele conhecimento que pode constituir o *corpus* teórico das RI, entendido como campo disciplinar. Exemplos de posições similares pululam, sabemos,³ o que apenas reforça a posição de que estaríamos diante de um campo disciplinar e de um modo de conceber os alicerces teóricos definidos *por* homens e *para* homens (Tickner, 2001) – *por* homens e *para* homens nascidos em certas partes do mundo, falantes de determinadas línguas, pertencentes a certas classes e grupos sociais. Aceitamos, portanto, o diagnóstico de

³ Ao mobilizar três exemplos, Kimberly Hutchings (1994) chama a nossa atenção para o que é definido como perigoso por representantes de posições tanto mais ortodoxas quanto mais radicais nas RI. De acordo com Coker (1990, p. 23): “The study of women in the international system seems to be designed to turn our attention away ‘from the state and its power as a unit of analysis’ to the needs and interests of women as ‘an identity group’”. Já Keohane (1991, pp. 46-47) afirma: “I fear that many feminist theorists of international relations may follow the currently fashionable path of fragmenting epistemology, denying the possibility of social science”. Por fim, de acordo com Walker (1988, p. 151): “But feminists, like those attempting to draw on cultural traditions that have been eclipsed by the pretensions of the most powerful, are Always in danger of relapsing into claims of privileged access, of reproducing the cultural arrogance they seek to undermine”.

que o campo de forças das teorias das relações internacionais é *male-defined*, além de pertencer a certas territorialidades e de, portanto, ser constituído em torno de dicotomias como homem-mulher, feminino-masculino, público-privado, razão-emoção, centro-periferia. É também verdade que as perspectivas tradicionais sobre as relações internacionais, como bem lembra Christine Sylvester (2004, p. 10), costumavam tratar seu objeto –o fenômeno internacional– em termos abstratos e unitários, o que é frontalmente questionado por feministas que concebem a construção do conhecimento em termos concretos, plurais e contextuais.

A qualificação dessa relação como “difícil” não se refere, assim, somente às discordâncias relativas a como o objeto do conhecimento válido é constituído –ponto que não é próprio da posição feminista, vale lembrar.⁴ Estamos, uma vez mais, de acordo com Ann Tickner (2006): o foco de disputas se localizaria fundamentalmente em questões metodológicas e epistemológicas. As disputas repousam tanto nas questões sobre como a pesquisa irá proceder, quanto nas questões relativas a uma teoria adequada do conhecimento e/ou das estratégias de justificação consideradas válidas (Harding, 1987, p. 2).

Seguindo o modo como tradicionalmente se reconstrói o debate feminista epistemológico nas RI,⁵ anunciamos a possibilidade de recolar a divisão formulada por Sandra Harding (1986) para as produções sobre epistemologias feministas nas RI. Neste primeiro passo, nossa atenção recairá sobre, de um lado, as potencialidades

⁴ Ou seja, tanto a questão sobre como se constitui o fenômeno internacional, enquanto objeto de análise, quanto a pergunta sobre a relação entre o objeto do conhecimento e quem conhece não são próprias ou específicas das posições feministas. O mesmo tipo de questionamento foi proposto por outras perspectivas teóricas, notadamente a “teoria crítica” (Hoffmann, 1987) e o “pós-modernismo” (Çalkivik, 2020) das RI (Hutchings, 1994, p. 150).

⁵ Para exemplos deste uso ver: Christine Sylvester (2004, cap. 8), Lena Hansen (2010, pp. 17-27), Robert Keohane (1991) e Cynthia Weber (1994).

transformadoras que carregam os debates sobre epistemologias feministas e, de outro, sobre a importância de seguirmos revendo a resposta para a pergunta sobre o que significa produzir, formular e justificar um conhecimento feminista.

No segundo momento deste capítulo, nossos esforços estarão direcionados menos para a reconstrução e mais para a proposição. O objetivo será o de oferecer uma interpretação feminista-antirracista sobre o que significa formular um conhecimento situado sobre as relações internacionais. O termo “situado” ganhará, nesta proposta, um sentido bastante específico. Trata-se de situar o conhecimento e a construção do que compreendemos como internacional naquelas experiências e nas especificidades dessas experiências ancoradas em certo território e em um certo conjunto de memórias, silêncios e resistências – tratadas aqui como “modos de conhecimento sujeitos” (Foucault, 2016). Estamos nos referindo às experiências relativas à dominação e à opressão de gênero e de raça enraizadas no território latino-americano e das memórias e experiências que foram e continuam a ser relegadas ao silêncio e ao esquecimento.

Ao dar este passo, pretendemos defender uma posição específica sobre o conhecimento dos fenômenos internacionais, qual seja, aquela segundo a qual a teorização sobre o internacional seja parte de uma contranarrativa daqueles saberes e sujeitos mantidos no silêncio, tanto por um modo de definir os termos do que é conhecimento válido e sobre o que pode ser cognoscível a respeito dos fenômenos internacionais quanto por processos históricos determinados –o caso, ainda que apenas indicado será o da construção e consolidação dos estados nacionais. Vale, antes de passarmos para os próximos passos, enfatizar o seguinte ponto: ainda que apresentemos uma defesa do que estamos chamando de programa genealógico feminista-antirracista das relações internacionais, localizamos esta defesa em movimentos anteriores de consolidação de um conhecimento feminista enraizado

nas experiências latino-americanas.⁶ Consolidação que também marca o projeto mais amplo no qual a coletânea que recebe este capítulo está inserida.

Conhecimento feminista sobre as relações internacionais – caminhos possíveis

Encontramos na literatura especializada mais de um modo de afirmar que uma posição epistemológica é feminista. Adotamos como ponto de partida a posição que defende serem as epistemologias feministas um tipo de epistemologia social centrada no exame das relações entre gênero e conhecimento. O gênero, porém, não é o único marcador social relevante. Diferentes posições epistemológicas feministas reconhecem e estão especialmente atentas aos modos pelos quais injustiças sociais são reforçadas por avaliações intelectuais e epistêmicas (Medina, 2013). Ou seja, o gênero tem um status epistêmico relevante, mas as injustiças importantes para o modo como concebemos o conhecimento são marcadas pelo encontro entre diferentes marcadores sociais, tais como a raça, a classe social e a nacionalidade – e cada um desses marcadores pode potencializar ou não a associação entre gênero e produção de conhecimento.

Nas apresentações dedicadas ao debate epistemológico feminista nas RI é comum a aplicação da divisão formulada por Sandra Harding (1986) para as produções feministas no campo. Como resultado desta interpretação, podemos definir como conformador das posições e perspectivas três posições: (a) o feminismo racionalista (empirista); (b) o feminismo do ponto de vista; e (c) o feminismo pós-moderno.⁷ Sabemos, no entanto, que a opção pela classificação entre diferentes tradições é ao mesmo tempo interessante e limitada. O seu traço

⁶ Sobre como estamos interpretando o tema dos feminismos de(s)coloniais latino-americanos no contexto das RI ver Villarroel Peña (2018); além das referências já mencionadas na nota 3.

⁷ Uma síntese de cada uma das interpretações foi reunida e apresentada em Ventura e Kritsch (2017).

limitador repousa na suposição de que as linhas que separam cada uma das perspectivas são fixas e rígidas, quando o mais correto seria descrevê-las apenas como um recurso para a apresentação das partes formadoras do campo de forças das epistemologias feministas. Conforme previsto por Sandra Harding (1991, 1998), as pesquisas e seus desenhos apagaram e, em alguma medida, explodiram a rigidez de qualquer classificação fixa e/ou estática. Reconhecer os limites desta classificação, no entanto, não invalida o exercício de compreender os caminhos imaginados por diferentes modos feministas de conceber o conhecimento e a sua justificação no campo de força das relações internacionais.

Seja como for, para os nossos objetivos mais imediatos, gostaríamos de destacar as diferentes possibilidades abertas por quem dedicou-se a pensar sobre os modos de se construir conhecimento de um ponto de vista feminista. Nesse sentido, uma posição epistemológica feminista pode: assumir o engajamento com o ponto de vista de determinadas agentes epistêmicas, concebendo-as em suas particularidades e contextos como agentes sociais política e socialmente situadas (Lamas, 2018; Strzelecka, 2017; Enkerlin Madero y Zatarain, 2011; Aguilar, 2019; Cabnal, 2010); comprometer-se inteiramente com uma teorização sobre a diferença social (Schwether y Pagliari, 2016); destacar as particularidades dos contextos a partir dos quais questões epistêmicas surgem e devem ser respondidas (Stefanes Pacheco, 2013; Arrellano, 2017; Magliano y Domenech, 2009); vincular-se ao compromisso de evidenciar estruturas sociais e políticas camufladas e/ou naturalizadas (Díaz Carrasco, 2013; Baccarini, Minillo, Alves, 2019); e, por fim, pode significar um compromisso explícito e aberto com demandas políticas feministas, provendo análises tanto descritivas –dos aspectos da opressão e da dominação de gênero– quanto normativas –morais–, oferecendo caminhos possíveis para mudanças no sentido da eliminação destas relações de dominação e opressão (Daukas,

2011, p. 48; Ventura Kritsch, 2017, 2020; Irene Diamond, 2017). Cada uma dessas vias carregam a potencialidade de alterar o “campo de forças” teórico no qual estão inseridas (Haraway, 1986, pp. 81-96). É neste lugar radical, porque potencialmente transformador, que localizamos as diferentes contribuições dos feminismos latino-americanos que contribuíram para as pesquisas sobre as relações internacionais.

Sem desconsiderar cada um desses caminhos possíveis e localizando este capítulo no espaço aberto por essas contribuições, direcionaremos nossa atenção para a continuação da elaboração de um programa genealógico para a construção de conhecimento feminista sobre as relações internacionais. Nossa proposta, portanto, não é a de oferecer uma pesquisa genealógica sobre a produção feminista das relações internacionais –percurso realizado, por exemplo, em *Anotaciones sobre el tejido feminista latinoamericano: más allá de las genealogias*. O objetivo aqui é distinto. Porém, com esse outro exercício genealógico aprendemos a reconhecer as formas pelas quais as feministas latino-americanas foram, no tempo, consolidando-se como sujeitas coletivas a partir de um exercício de apropriação singular das suas histórias, das suas narrativas e dos seus sujeitos, e o fizeram/fazem em um contexto que, com frequência, as colocam como objeto do conhecimento e não como sujeito (Cabezas González, 2014, p. 3).⁸

Tal exercício de (re)apropriação lança a nossa atenção para o centro da “questão epistemológica”. O que não representa, portanto, um desvio da nossa rota. Estamos diante, ao contrário, de um passo necessário.

Com Sara Ahmed (2004, p. 19), aprendemos a respeito da importância de nos perguntarmos sobre como podemos construir conhecimen-

⁸ Afirmar que o exercício proposto aqui se alia ao que se convencionou chamar de feminismo latino-americano não significa, no entanto, que não reconheçamos a diversidade de perspectivas, inclusive concorrentes, que conformam esse campo de forças. É exatamente esses conflitos que aparecem na genealogia formulada por Almudena Cabezas González (2014).

to e fazer afirmações como feministas (o que, neste argumento, só faz sentido quando formulado como feminista-antirracista). Para tanto, é necessário que nos dediquemos à formulação de critérios –que nunca serão ou deverão ser tomados como pontos sem retorno– capazes de sustentar uma ou outra posição sobre qual a formulação mais adequada –sobre, por exemplo: a dominação de gênero em contextos de guerra e nos espaços militares (Rodríguez, 2012; Schwether y Pagliari, 2016); o lugar das mulheres nas lutas contra os projeto de modernidade colonial (Strzelecka, 2017; Sebastian-Aguilar, 2019); o papel da dominação de gênero e da opressão racial na construção das identidades nacionais (Moutinho, 2004); os processos de feminização da migração (Ciurlo, 2015; Cruz-Manjarrez, 2018; Gandini, 2018 Rosas y Gayet, 2019; Ariza, 2000) e assim por diante. Precisamos de estratégias de justificação precisamente porque a “verdade” já não existe como um terreno certo e automático ou como um ponto de referência para qualquer posição (Fraser, 1989, p. 181).⁹ É por isso, ainda com Ahmed, que se torna incontornável enfatizar:

The notion that feminism can do without epistemology overlooks the importance of theoretical interrogations of all categories of thought for the very formulation of feminist strategy. Such a notion overlooks the importance of strategies of argumentation to support, not simply truth positions (but inclusive of them, in their radical contingency), but the very values implicit in a feminist model of justice. It is because values and truth statements do not strictly correspond to any pre-given real, that we need to find justification for our positions on the basis of how they may explain and contest gender divisions. The ‘we’ through which I signal the force of a feminist community of knowers and actors does not suspend difference, division and conflict. If anything, the ‘we’ is a performative utterance that creates a community through an articulation

⁹ Adiantamos aqui um ponto que será tratado no último movimento deste texto e através da demanda de R. Keohane às teóricas feministas.

of the differences which necessitate the critical debate in the first place (Ahmed, 2004, p. 19).

Um ponto similar foi levantado por Ann Tickner (2006). Ao explorar a resposta formulada por Sandra Harding (1987) para a pergunta *Existe um método feminista?*, Tickner lembra que entre as teorias das relações internacionais, feministas optaram por desenharem suas pesquisas mobilizando a etnografia, a estatística, o *survey*, os estudos de caso, os métodos históricos, comparativos e assim por diante. O que tornaria uma pesquisa feminista, no entanto, seria a sua perspectiva distintiva sobre a metodologia e, adicionamos, a epistemologia. Existiriam, no sentido empregado aqui, modos de conceber a pesquisa que poderia ser qualificada como feminista-antirracista; existiriam modos de conceber o conhecimento que também poderia ser definido como feminista-antirracista. Questionar o viés androcêntrico e masculinista, racista e colonialista das maneiras pelas quais o conhecimento foi tradicionalmente construído na disciplina é o que permite chamarmos uma pesquisa de feminista-antirracista ou não.

O projeto em tela é, portanto, feminista-antirracista no sentido de que aceita os pressupostos básicos, discutidos nesta seção, de uma epistemologia feminista preocupada tanto com o modo como atribuímos, justificamos e produzimos conhecimentos quanto com o seu resultado. É antirracista porque entende que é no encontro do gênero e da raça que a resistência surge e poderá surgir – além de estar atenta aos meios pelos quais a dominação e a opressão racial carrega particularidades históricas que devem ser reconhecidas. O chamado já foi feito por mais de uma voz, em mais de uma parte:

[E]l feminismo (...) hace suya la tarea de reinterpretación de la historia en clave crítica a la modernidad, ya no solo por su androcentrismo y misoginia – como lo ha hecho la epistemología feminista clásica –, sino desde su carácter intrínsecamente racista y eurocéntrico” (Miñoso, Correal, Muñoz, 2014, p. 31).

Os comprometimentos estão, portanto, colocados. Argumentaremos, em linhas gerais que, porque o conhecimento é sempre e necessariamente social e político, precisamos definir como ele se relaciona com um meio marcado por relações, práticas e saberes sexistas, androcêntricos, racistas e coloniais.¹⁰ É nesse sentido que, concordando com Rae Langton (2000, p. 129), enfatizamos que uma produção do conhecimento feminista-antirracista tem de ser epistemologicamente consciente das suas implicações, que são políticas e sociais. É também nesse sentido que podemos afirmar a tese segundo a qual conhecedoras feministas devem ter consciência da sua dimensão situada. É nesse sentido que reafirmamos a posição segundo a qual “produzimos [conocimiento] desde la diferencia colonial”. Diferença, importa sempre enfatizar, “que se hace múltiple, que llama a no silenciar las distintas posicionalidades que hacen parte del feminismo” (Espinosa Miñoso, Correal, Muñoz, 2014, p. 19).

Situando o conhecimento das RI – *Por um programa genealógico feminista-antirracista*

Para os primeiros passos desta proposta de construção de conhecimento sobre o fenômeno internacional –um conhecimento enraizado em um determinado conjunto de experiências perpassadas e marcadas por relações de dominação e opressão vividas no passado-presente de mulheres, negras, trans e todas(es) aquelas(es) que carregam, em suas vidas, as marcas de relações de opressão e dominação de gênero, sexualidade, raça, classe, nacionalidade–¹¹ convocamos,

¹⁰ Nessa mesma direção parece caminhar a proposta de Irene Diamond (2017).

¹¹ Afirmamos que esta proposta está localizada em um movimento mais geral que encontra morada em diferentes partes da América Latina. Os textos que compõem este volume constituem um exemplo bem acabado do que estamos afirmando. Enraizar o conhecimento, sabemos, é uma das lições das diferentes perspectivas epistemológicas feministas. Trata-se, nos termos de Concepción Villalobos e Nuria Avilés (2012), de questionar o conhecimento estabelecido e, com isso, reconhecer os espaços e as perso-

como bem caracterizou Sueli Carneiro, “Michel Foucault, sim, o francês”. Ao dirigir-se ao chamado “eu hegemônico”, Sueli Carneiro localiza Foucault no mesmo lugar que gostaríamos de posicioná-lo. Michel Foucault, sugere a autora, é “um mediador razoavelmente confiável para as nossas possíveis contendas”. Trata-se de um pensador de fronteira que caminha bem entre encruzilhadas: “ele [Foucault] conversa bem com todo mundo, seja um ser-aí, ou coisas-ente” (Carneiro, 2005, p. 22).

Com Michel Foucault podemos encontrar, reconhecer e identificar, como já havia anunciado Lorraine Code (2007, p. 226), as barreiras responsáveis por impedir que saibamos o que não está no regime de verdade –aquilo que pode ser sabido como parte de um *framework* conceitual erigido por um conhecimento hegemônico intransigente e instituído como necessário, imutável e a-histórico. Seguindo este caminho interpretativo, defendemos o argumento de que é parte das nossas tarefas, enquanto teóricas feministas-antirracistas das relações internacionais, investigar os modos pelos quais as nossas práticas de produção de conhecimento são parte constitutiva de outras práticas, quais sejam, aquelas definidoras de memórias e esquecimentos, aparecimentos e apagamentos. São essas as práticas a serem interrogadas como um espaço no qual múltiplas relações de poder e lutas

nalidades antes esquecidas, apagadas, silenciadas. Trata-se de olhar para o espaço da subalternidade e, assim, formular *outros modos de conhecer*. Essa é a aposta, por exemplo, de Laura Carbarrido Coria e César Torrez Cruz (2013), ao partirem dos estudos subalternos para dar-lhes outro enfoque. A proposta é que o centro da análise se inscreva sobre as identidades “sexo-genéricas” diversas e o objetivo é oferecer um *corpus* teórico-analítico centrado no problema da cidadania e da dominação – diferente, portanto, dos estudos *queer* clássicos. O movimento, portanto, não é, de modo algum, menor; o que se está propondo é a incorporação das sexualidades não hegemônicas nos debates sobre a subalternidade para que possamos compreender mais uma face das relações de dominação. Os exemplos são muitos; estamos chamando a atenção de quem lê para como a proposta que ora apresentamos é parte de um movimento em curso e maior do que os limites deste texto.

de poder convergem. Práticas definidas, vale notar, como “práticas discursivas”. Dito de outro modo, defendemos a posição de que devem ser objetos de nossas preocupações teóricas aquelas práticas discursivas nas quais ou por meio das quais a memória e o seu contrário são manufaturados. As teorias das relações internacionais constituem, de acordo com essa definição, uma prática discursiva que deve se tornar, ela própria, um objeto a ser investigado.

Estamos diante de práticas, sabemos, atravessadas por conflitos e/ou tensões. Ao definirmos nossas práticas discursivas de memória e de esquecimento como *locus* de relações múltiplas de poder temos mais de um desafio a ser enfrentado. Para além da heterogeneidade, marca indiscutível de tais práticas, devemos estar atentas aos conflitos e às fricções. Com Foucault e com a interpretação proposta por José Medina (2011), aprendemos o quão relevante é prestarmos atenção ao passado e às batalhas epistêmicas que continuam no nosso presente entre *frameworks* de poder/conhecimento posicionados em competição pelo controle de determinado campo –foi assim com a história natural, com a economia política e com a medicina clínica, para ficarmos apenas com alguns exemplos d’*A Arqueologia do Saber*.¹² Diferentes campos, ou domínios de interação discursiva, são compostos por regimes discursivos particulares conformados por modos específicos de construir conhecimento. Nas batalhas entre as diferentes perspec-

¹² Reconhecemos que *Arqueologia do Saber* é resultado da aplicação do método arqueológico. Não se trata, portanto, de um estudo genealógico. Sem desconsiderar as diferenças entre uma pesquisa arqueológica e uma investigação genealógica, estamos apenas chamando a atenção para a possibilidade de conectar esses dois “momentos” da obra foucaultiana, como advogam vários de seus intérpretes (Koopman, 2008; Gutting, 1990). Como resume Foucault (1989, p. 172): “Enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade”. Privilegiaremos aqui a abordagem genealógica, já que nosso intuito é concentrar nossa atenção na relação entre conhecimento e poder, a fim de explorar as possibilidades insurrecionais desta visão. Para um aprofundamento dos dois modos investigativos – arqueologia e genealogia – mobilizados por Foucault cf. Thiry-Cherques, 2010.

tivas de poder/conhecimento, alguns tornam-se dominantes enquanto outros modos de conhecer e conceber são subjugados, apagados, silenciados. Estamos diante, portanto, de uma maneira de conferir sentido histórico a diferentes regimes discursivos e de verdade.

Pensemos sobre como as teorias das Relações Internacionais conformam um campo discursivo do tipo que acabamos de descrever, e que poderia ser objeto de uma investigação genealógica.¹³

De acordo com a definição convencional, proposta por Chris Brown e Kirsten Ainley (2005, p. 3), as Relações Internacionais são o estudo das relações entre os Estados entendidas, em uma primeira aproximação, em sentido diplomático, militar e estratégico. Historiadoras(es), diplomatas e teóricas(os) das RI definiram, portanto, o Estado e seus modos de se relacionar com outras unidades congêneres como seu objeto por excelência. A relação sobre a qual as teorias tradicionais das RI direcionaram sua atenção analítica e explicativa foi definida como uma relação anárquica entre Estados. Anarquia, continuam os autores, não precisa indicar necessariamente a ausência de normas e um caos total; significa, sim, a inexistência de um sistema de

¹³ Conforme já afirmado na seção anterior não é objetivo deste capítulo apresentar a aplicação do que apresentamos em termos meta-teóricos. No entanto, gostaríamos uma vez mais de localizar esta proposta em um conjunto mais amplo de pesquisas alocadas exatamente nesta fronteira de pesquisa. Para discussões futuras, gostaríamos de referenciar alguns exemplos bem-sucedidos de pesquisas concebidas e desenhadas pelos termos genealógicos: *La historia y las relaciones internacionales: de la historia internacional a la historia global*, de Diana Marcela Rojas (2004), artigo que nasce no contexto das discussões do curso “Una aproximación genealógica a la teoría de las relaciones internacionales: los dilemas de una disciplina en ciernes”, apoyada por la División de Investigaciones de Bogotá (DIB); *Genealogia e Agonismo como metodologia nas Relações Internacionais: Reflexões a partir da Justiça de Transição*, de Emerson Maione e Thiago Rodrigues (2019); *Agonismo y genealogía: hacia una analítica de las Relaciones Internacionales*, de Thiago Rodrigues (2013); *Enfoques postcoloniales en Relaciones Internacionales: Un breve recorrido por sus debates y sus desarrollos teóricos*, de Fernando Galindo Rodríguez (2013); e *Anotaciones sobre el tejido feminista latinoamericano: más allá de las genealogías*, de Almudena Cabezas González (2014).

governo formal e reconhecido pelas partes como capaz de exercer poder legítimo sobre tais unidades. Porque não há uma estrutura de poder e tomada de decisão impositiva e estável acima dos Estados, nasce a importância de um saber sobre a ação diplomática e estratégica. Dito de outro modo, porque os participantes das relações internacionais estão obrigados a cuidar dos seus interesses e, ao fazê-lo, empregam seus próprios recursos, dizemos tratar-se de um sistema de *auto-ajuda* [*self-help system*]. Precisamente porque o sistema internacional é definido por esses termos, a segurança é a primeira preocupação dos Estados e a diplomacia –o exercício da influência– ganha vida em um cenário no qual o uso da força é sempre um horizonte possível. A importância dos Estados em tal *corpus* teórico remonta, assim, ao fato de serem as unidades políticas as detentoras do monopólio do uso da força e da administração da justiça, o que faz com que os Estados sejam definidos como os atores-chave das relações internacionais.

O retorno a essa tradição –não-uniforme, importa ressaltar– aparece como uma demanda; não se trata, portanto, de um simples abandono de tudo o que é dito *tradicional*, *clássico* e *dominante*. Esses textos ditos *fundacionais*, ponto primeiro das nossas referências, devem ser relidos, reinterpretados por quem treinou seus olhares e suas ferramentas analíticas e interpretativas para ouvir e ver novos significados e novas vozes. A marginalia, o interstício, as ausências passam a fazer parte de um movimento que vai da “margem ao centro”.¹⁴ O exercício genealógico nos leva, portanto, a formular e propor questões sobre os corpos de experiências e memórias apagadas, invisibilizadas e/ou silenciadas pelas perspectivas tradicionais formuladas pelas teorias das relações internacionais. Donde surge a urgência de questionarmos: Quando a definição estado-centrada dos fenômenos internacionais se torna a tradição do campo, quais memórias, quais saberes e quais experiên-

¹⁴ O emprego metodológico deste movimento é proposto por Seyla Benhabib (2003) ao interpretar a proposta de Bell Hooks (2019).

cias são excluídas daquilo que é definido como “internacional”? Quais modos de conceber o internacional são subjugados quando o fenômeno relevante é a segurança, a diplomacia e a guerra – sempre descritos do ponto de vista dos Estados?¹⁵

As possibilidades de formulações são variadas, sabemos. Como movimento inicial, gostaríamos apenas de destacar os caminhos pelos quais a genealogia, tal como interpretada aqui, pode nos oferecer uma vereda para explorarmos os sentidos de reconhecer a pluralidade de perspectivas epistêmicas conformadoras do fenômeno internacional. Em especial, estamos atentas àquelas experiências contidas no *corpus* das memórias apagadas ou invisibilizadas nos silêncios e apagamentos operados pelas afirmações de um certo conjunto de discursos, saberes e *frameworks* tornados hegemônicos, enquanto outros, em contrapartida, são relegados ao assujeitamento e à subjugação.

Mas, afinal, como podemos qualificar um saber como sujeito-do, subjugado?

¹⁵ A demanda por se olhar para o que foi invisibilizado pelo dito tradicional no campo das RI não representa qualquer novidade, sabemos. Novos desenhos de pesquisa surgem na medida em que se reconheceu inúmeras faltas e, com elas, diferentes tipos de silenciamento, apagamento e esquecimento que se tornaram injustificáveis. Quando as experiências das mulheres passaram a figurar o centro das análises sobre segurança, um tema clássico das RI, temos como resultado, por exemplo, a proposta de Helke Enkerlin Madero e Marcela Luis Zatarain (2011). Esse deslocamento do sujeito da análise relevante, e das questões sobre segurança que surgem daí, também foi proposto por Concepción Villalobos e Nuria Avilés (2012); Pilar Rodríguez (2012); Natalia Schwether e Graciela Conti Pagliari (2016). Vemos surgir, do mesmo modo, pesquisas que colocam as mulheres no centro das experiências de mudanças e transformações políticas relevantes do nosso tempo; as mulheres estão, agora, também no centro de cargos e funções antes ditas e reservadas ao homem e ao masculino – como é o caso da pesquisa apresentada por Rosely Aparecida Stefanos Pacheco e Isabela Stefanos Pacheco (2013); do trabalho de Marianela Agar Díaz Carrasco (2013); da pesquisa de Mariana Cockles Teixeira e Andrea QuirinoSteiner (2017); e dos artigos de Maria Antônia de Figueiredo Pires de Almeida (2018) e Marta Lamas (2018). As perguntas formuladas são, em certo sentido, inspiradas pelo movimento de deslocamento operado por cada uma dessas autoras e seus trabalhos.

Foucault aparece, uma vez mais, como referência incontornável. De acordo com a letra do seu texto, de uma parte, Foucault designa como “saberes sujeitados”:

conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais. (...) apenas os conteúdos históricos podem permitir descobrir a clivagem dos enfrentamentos e das lutas que as ordenações funcionais ou as organizações sistemáticas tiveram como objetivo, justamente, mascarar. Portanto, os ‘saberes sujeitados’ são blocos de saberes históricos que estavam presentes e disfarçados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos, e que a crítica pôde fazer reaparecer pelos meios, é claro, da erudição. Em segundo lugar, por ‘saberes sujeitados’, acho que se deve entender outra coisa e, em certo sentido, uma coisa totalmente diferente. Por ‘saberes sujeitados’, eu entendo igualmente toda uma série de saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do conhecimento ou da cientificidade requeridos. E foi pelo reaparecimento desses saberes de baixo, desses saberes não qualificados, desses saberes desqualificados mesmo, foi pelo aparecimento desses saberes (...) –[d]esse saber que denominarei, se quiserem, o ‘saber das pessoas’ (e que não é de modo algum um saber comum, um bom senso, mas, ao contrário, um saber particular, um saber local, regional, um saber diferencial, incapaz de unanimidade e que deve a sua força apenas à contundência que opõe a todos aqueles que o rodeiam) –, foi pelo reaparecimento desses saberes locais das pessoas, desses saberes desqualificados, que foi feita a crítica (Foucault, 2016, pp. 8-9).

Da citação acima, a crítica, poderíamos adicionar, genealógica. Nos dois casos, no caso dos saberes eruditos sepultados e daqueles saberes desqualificados, estamos diante de um mesmo fenômeno: trata-se de um saber histórico cuja posição foi determinada por lutas, embates; o que encontramos é a memória dos combates. É nesse espaço, escavado a contrapelo da História Oficial, que estão ancoradas as pesquisas genealógicas. Ou seja, pesquisas genealógicas nascem

neste espaço criado pelo acoplamento entre os conhecimentos eruditos e as memórias locais; “acoplamento”, sugere Foucault (2016, p. 9), “que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais”.

Adentramos, agora, no segundo passo do nosso argumento. A genealogia compatível com os ensinamentos das epistemologias feministas é possibilitada pela suspensão “da tirania dos saberes englobadores, com sua hierarquia e com todos os privilégios das vanguardas teóricas” (Foucault, 2016, p. 9). A genealogia nasce de um encontro, de uma intersecção entre os saberes ditos *eruditos* com as memórias locais. Nesse exercício metodológico –aquele que responde à pergunta sobre como as nossas pesquisas feministas-antirracistas devem proceder–, os saberes locais passam ao primeiro plano: saberes descontínuos, desqualificados, não legitimados pela História Oficial e pelos saberes que a compõem. O alvo, assim, passa a ser as ordenações feitas em nome de um conhecimento dito *verdadeiro*, de uma ciência universal, formulada do ponto de vista de lugar nenhum. Estamos diante, portanto, de um chamado, qual seja: “trata-se da insurreição dos saberes” (Foucault, 2016, p. 10).

A tarefa primeira de quem desenha sua pesquisa em termos genealógicos passa a ser aquela de aliar-se às ações promotoras da insurreição dos conhecimentos sujeitados. Ou seja, a promoção do (re) surgimento daqueles *corpus* de memórias e experiências esquecidas, escondidas, silenciadas passa a ser definida como parte importante dos movimentos de *insurreição dos conhecimentos e saberes sujeitados*. Justamente porque as pesquisas passam a ser também intervenções críticas movidas pelo objetivo de interrogar hegemonias epistêmicas e perspectivas tradicionais, constitui também tarefa a ser cumprida pela investigação a mobilização de públicos marginalizados, explorados e historicamente silenciados.

Um alerta aqui faz-se, no entanto, necessário. Para sustentar o que acaba de ser afirmado, não precisamos de uma epistemologia do

ponto de vista que afirma o valor epistêmico essencial de certos grupos e de certas experiências de opressão e dominação. Estamos comprometidas apenas com a defesa da potencialidade crítica da escavação e da submersão em determinadas memórias e experiências –apagadas, caladas e silenciadas por modos de conceber o conhecimento e narrar a relação entre passado-presente-futuro. O fundamento epistemológico, como veremos, é o valor do pluralismo e da resistência, e não de uma ou outra perspectiva específica.

Há outro ponto que merece a nossa atenção. Movimentos de insurreição epistêmica não são apenas acadêmicos. Tais movimentos requerem alianças e relações colaborativas entre pesquisadoras, pesquisadores, ativistas e todas as pessoas que tiveram suas memórias e experiências sujeitadas. Essas alianças demandam, por sua vez, uma postura anterior. Com José Medina, aprendemos sobre como o que está sendo desenhado não constitui uma oposição entre sujeitos e saberes que conformam e determinam o que sabemos e podemos saber sobre o mundo, de um lado, e a marginalização que reflete a falta de conhecimento, o inferior, o inacabado, o parcial. O que explica essa organização hierarquizada dos saberes, dos conhecimentos e, em última instância, de quem conhece, é a divisão entre quem determina o que conta como conhecimento legítimo e ilegítimo e quem não detém o mesmo poder de definição. A luta contra essa hierarquização passa a ser realizada dentro dos limites dos modos de conhecer, e não fora deles. Ou seja, o movimento passa a ser o de mostrar que o aspecto afirmado como universal, necessário, imutável e generalizável é particular, perene, histórico e contingente. A conclusão a que chegamos é precisa: a história e o conhecimento de alguns – ainda que proclamada universal, necessária, imutável e generalizável – não é a história de tantos outros.

Ao nos posicionarmos na fronteira do que é normalmente definido como conhecimento tradicional –no nosso caso, conhecimento tradicional sobre os fenômenos internacionais–, o que antes era descrito como direito, lei ou obrigação carrega a potencialidade de ser descrito

como abuso de poder, violência e exigência injustificada. Pensemos sobre um caso específico: a construção daquela unidade concebida como Estados modernos e, depois, Estados nacionais.

É no sentido do programa proposto aqui que questionamos: Como podemos contranarrar a história da construção da relação entre Estado-nação-território-cidadania e direitos sem, com isso, aceitar o enquadramento do estat(al)ismo metodológico e epistemológico? Quem é incluído na fotografia do processo de construção dos Estados modernos de base territorial quando o ponto de vista privilegiado passa a ser o de quem não foi incluído nos projetos da modernidade? Podemos supor alguma unidade fixa, permanente, generalizável e imutável –como o Estado– quando o nosso objeto/sujeito passa a ser o movimento, o trânsito, a troca e a diferença?

Há em operação, na formulação de questões como as que acabamos de propor, um princípio de descontinuidade. Isto é, o intuito é provocar fricções e descontinuidades na economia interna daqueles discursos contínuos, lineares e gloriosos, no nosso caso, os da construção e manutenção dos processos de formação dos Estados nacionais. Enquanto a História Oficial –os discursos tradicionais das teorias das RI– mantém grupos inteiros e suas vidas em um lugar de invisibilidade e silêncio, a contra-história nos ensina a prestar atenção no que raramente aparece como sujeito legítimo das nossas análises e como capazes de conhecer. O movimento de negação é, portanto, duplo e a nossa resposta também o deve ser.

Mulheres, mulheres negras, corpos racializados, mulheres indígenas, mulheres *trans*, corpos que escapam dos limites das normas de gênero e de sexualidade, corpos-territórios distantes do centro, do norte, e que dominam *outros* idiomas raramente são sujeitos e autoras do modo como concebemos o fenômeno internacional. Não se trata de um diagnóstico simples. A falta, a ausência, o apagamento não é apenas desses sujeitos como autoras ou conhecedoras: estamos diante de

sujeitos que raramente aparecem como relevantes nas maneiras como costuma-se conceber o internacional (Enloe, 1989). Reconhecer a falta, no entanto, não implica aceitar que a saída está na simples inclusão e/ou adição. Ou seja, não podemos simplesmente incluir novos sujeitos, novas conhecedoras no cânone disciplinar e, com isso, supor que a justiça tenha sido alcançada.¹⁶ Estamos diante de outro projeto: a demanda é a de buscarmos os meios efetivos e necessários para a transformação da prática discursiva que se convencionou chamar de *teoria das relações internacionais*. Uma transformação que deve passar pela busca incontornável das proveniências e emergências na história, movimento que nos permite ver, ouvir e notar as omissões, os apagamentos, os silenciamentos para, em um segundo momento, recontarmos os termos do nosso presente. É no segundo momento que as alianças são necessárias. Nesse sentido, o retorno ao passado é parte de uma história do presente – uma história que é produtora de contrateorias.

A habilidade de identificar omissões, de ouvir silêncios, de operar *nos* e *entre os* espaços deixados por discursos supostamente coesos é requerida como parte crucial de uma fronteira de pesquisa que valoriza, inclusive do ponto de vista epistêmico, a resistência (Medina, 2011, p. 16). Então, se a resistência se torna um valor epistêmico, a pergunta que precisamos responder passa a ser aquela sobre como podemos manter viva a possibilidade de resistir?

¹⁶ Nesse sentido, propor e responder à questão sobre qual é o status das mulheres na disciplina das RI no Brasil é fundamental (Baccarini, Minillo, Alves, 2019). Assim como é fundamental compreender o que explica as ausências. Porém, e aqui está o nosso argumento sobre este ponto, supor que a simples inclusão irá transformar tanto as estruturas que impedem as nossas entradas como irá mudar o modo como construímos conhecimento sobre o internacional parece ser um equívoco. Especialmente em relação à segunda transformação, o que se demanda é uma reflexão substantiva sobre qual conhecimento sobre o internacional esperamos formular quando nos tornamos epistemologicamente consciente das implicações, que são políticas e sociais, desse conhecimento.

O ponto em disputa é menos aquele sobre a resistência oferecida em conjunto, em aliança, no espaço político e público.¹⁷ Estamos lidando, ainda que de modo relacionado, com o problema da formulação de certa maneira de conceber a pesquisa enraizada em experiências de opressão e dominação, de um lado, e de resistências, de outro. Nesse sentido, estamos de acordo, uma vez mais, com a proposta de Medina (2011): a nossa saída é a de reproduzir e alimentar possibilidades de “fricções epistêmicas”. Por fricções epistêmicas entendemos a contestação consistente e mútua *de* e *entre* estruturas de conhecimento normativamente diferentes e capazes de interrogar exclusões epistêmicas, desqualificações e produções de hegemonias. Fricções epistêmicas são reconhecidas, desejadas e celebradas por posições pluralistas sobre as negociações entre posições epistemológicas e nossas vidas cognitivas. É essa a interpretação defendida aqui como uma resposta feminista-antirracista aos desafios metodológicos e epistemológicos de uma pesquisa. A nossa saída é pela afirmação de uma genealogia que possibilita a fricção e, a partir dela, a resistência.

Estamos aqui diante de um *pluralismo epistêmico de guerrilla* exatamente porque o resultado esperado não é a resolução de conflitos; o objetivo é, pelo contrário, o de provocá-los, oferecendo a eles mais material para a combustão. Quando enfrentamos a relação entre passado-presente-futuro no sentido proposto, o objetivo não é o de buscar por memórias alternativas sobre o passado capazes de corrigir nosso presente-futuro. O trabalho de contranarrar o passado é um exercício que passa, nas palavras de Saidiya Hartman (2019, p. 14), por “recuperar o terreno insurgente dessas vidas; exumar a rebelião aberta do arquivo do caso”. Nesse sentido, as contramemórias não devem ser definidas como simples matérias-primas a serem coordenadas em uma memória

¹⁷ Para trabalhos que tratam desse ponto, ver: Sebastián Aguilar (2019); Lamas (2018); Rocío Velasco De Castro (2018); María Martín de Almagro Iniesta (2014); e Nathália Félix(2019).

coletiva heterogênea. Diferente disso, elas continuam sendo contrame-mórias responsáveis por expor passados múltiplos para públicos diversamente determinados e constituídos por práticas discursivas.

Trata-se de um pluralismo que visa não o melhoramento da vida cognitiva e ética de toda(o)s, mas sim a resistência (epistêmica e sociopolítica) de umas/uns contra a opressão de outra(o)s. Este é um pluralismo que se concentra nas lacunas, nas descontinuidades, nas tensões e nos choques entre perspectivas e práticas discursivas. (Medina, 2011, p. 23).

A aposta é a de que com um pluralismo de *guerrilla* sejamos capazes de enxergar os modos pelos quais as resistências aparecem e são construídas por diferentes sujeitos (sempre situados) na sua relação com os regimes de saber/poder. O que podemos operar, com os termos da genealogia proposta, são pequenas insurreições nas economias epistêmicas tidas como tradicionais, inclusive, aquelas que costumam ser identificadas como feministas no campo de forças das teorias das RI. É exatamente esse o movimento operado pela crítica do feminismo negro e pelo feminismo de(s)colonial¹⁸ nos mais diferentes campos do conhecimento: a meta é friccionar sem, com isso, questionar o valor epistêmico da pluralidade.

Começamos nossa discussão com o diagnóstico de que a relação entre as teorias das relações internacionais tradicionais e o feminismo pode ser qualificada como uma relação difícil. Esperamos que as dificuldades deste encontro estejam, agora, devidamente explicitadas. Como passo final, e depois dos dois movimentos argumentativos aqui propostos, recolocamos, por fim, aquele temor de que posições femi-

¹⁸ Essa parece ser a posição de Yuderkys Espinosa Miñoso (2020, p. 96): “A crítica do feminismo negro, de cor e, mais recentemente, decolonial, acabou fazendo, dentro do próprio feminismo, a mesma denúncia que a epistemologia feminista fizera à produção científica ocidental do conhecimento: de que ele é, na verdade, um ponto de vista parcial, encoberto de objetividade e universalidade, já que surge de certa experiência histórica e de certos interesses concretos”.

nistas, com suas epistemologias fragmentadas, neguem a possibilidade de que as teorias das relações internacionais continuem sendo uma ciência social. É exatamente esse o medo expresso por Robert Keohane (1991, p. 46) quando afirma: “Temo que muitas das teóricas feministas das relações internacionais sigam o caminho da moda de uma epistemologia fragmentada negando, com isso, a possibilidade da ciência social”.¹⁹

Antes mesmo de perseguirmos uma resposta para a provocação, já antiga e recolocada em mais de um contexto, a respeito de serem ou não as ciências sociais uma ciência, uma vez mais, com Michael Foucault, argumentamos que é, antes, necessário levantar a pergunta sobre *quais são as pretensões, as ambições de poder que a afirmação de que isso ou aquilo é uma ciência carrega consigo?* Diríamos o seguinte, parafraseando o filósofo e mudando o seu alvo, à época das tentativas marxistas de se provarem científicas: Quando vemos vocês se esforçarem para estabelecer que as Relações Internacionais são uma ciência, não os vejo, para dizer a verdade, demonstrando de uma vez por todas que as teorias das RI têm uma estrutura racional e que suas proposições dependem, por conseguinte, de certos procedimentos de verificação. Vemos vocês, sobretudo, fazendo outra coisa. Vemos vocês

¹⁹ Keohane (1998) foi além, chegando a desenhar um programa para as teóricas feministas: partindo dos termos das teorias da paz democrática, propôs que as feministas das RI investigassem o comportamento internacional de países marcados por altos índices de hierarquias de gênero, em comparação àqueles países conformados por estruturas sociais menos desiguais. A proposta era a de que a pesquisa usasse métodos das ciências sociais. A aposta, afirma o autor, é a de que essa seria a maneira mais adequada de convencer não-crentes da validade da mensagem que as feministas estariam tentando entregar (Keohane, 1998a, pp. 196-197). As feministas das RI, nesse sentido, precisariam convencer os cientistas da sua capacidade de falar a língua dominante das ciências sociais: provar relações de causalidade; formular conjecturas sobre a causalidade e sobre a consistência em relação às teorias estabelecidas; observar as implicações das suas hipóteses, testar essas implicações no mundo real; respeitar o critério da publicidade e da replicabilidade.

vinculando ao discurso das teorias das RI, e vemos vocês atribuindo aos que fazem esse discurso, efeitos de poder que o ocidente atribuiu à ciência e reservou aos que fazem um discurso científico. O que precisa ser respondido é, portanto, quais saberes são desqualificados quando a dúvida sobre a qualificação dessa ou daquela posição como científica é levantada. Quem, questionamos ainda com Foucault, qual sujeito falante, qual experiência e qual saber é minimizado quando se afirma ‘eu faço ciência, eu faço teoria das relações internacionais porque a minha unidade de análise é o estado e as relações de poder’?

No que Keohane viu “fragmentos”, nós enxergamos dois processos distintos. O primeiro deles é resultado de aceitarmos como valor epistêmico a pluralidade; o segundo é o movimento de desestabilização do centro. Epistemologias feministas não precisam se comprometer com a pulverização de saberes particulares essenciais, como parece supor o autor. Ao defendermos uma genealogia feminista-antirracista e o papel epistemológico da fricção e da resistência, a nossa proposta é precisamente a de abrir um caminho para mais uma maneira de refletir sobre os fenômenos internacionais que carrega a potencialidade crítica de uma posição construída na fronteira entre o que é dito universal, necessário, a-histórico e incontornável e o que supomos ser contingente, histórico e mutável.

Como parte deste modo de desenhar pesquisas, desestabilizar o centro, o que é dito *tradicional* não inclui a sua recusa ou destruição. O movimento proposto para (re)apropriarmos as práticas discursivas –“da margem ao centro”–, uma apropriação que causa fricções e resistências, não supõe a destruição do suposto centro composto por teorias, concepções e desenhos de pesquisas tradicionais; tampouco pode se apresentar como uma nova unidade. Como resultado, podemos apenas esperar que os limites apareçam e sejam devidamente nomeados –o que fica apagado, esquecido, o que é distorcido e assim por diante. Naqueles casos em que esta posição sobre a pesquisa parece

ser insuficiente para responder às exigências da construção de conhecimento sobre o internacional, a tradição continuará disponível. É preciso reconhecer: para continuarmos nos posicionando na margem, o centro precisa, de algum modo, continuar a existir. O que não quer dizer, como parece supor Keohane, que feministas das RI precisem, como uma demanda para legitimarem-se, falar unicamente esta ou aquela língua dominante.

Um ponto nos parece, por fim, pouco questionável. A construção do conhecimento –*como sabemos, quem sabe e para quem*– é também uma questão ética mergulhada em relações de poder e privilégio. Poder e privilégio, no sentido aqui empregado, é generificado, racializado, é marcado por etnia e nacionalidade; é, portanto, corporificado (Code, 2014, p. 155; Fricker, 2007). Ao defender uma posição epistemológica feminista-antirracista, enraizada em experiências sociais historicamente apagadas, silenciadas e esquecidas, pretendemos defender um modo de construir conhecimento sobre os fenômenos internacionais como parte de um projeto marcado pela demanda da reativação dos saberes locais, contra movimentos de hierarquização e homogeneização do conhecimento e seus efeitos de poder –efeitos que apagam, silenciam e esquecem certos modos de conceber a realidade social, determinados saberes e certos sujeitos e suas vozes. Uma epistemologia da resistência, de *guerrilla*– um ponto de união entre as diferentes perspectivas feministas apresentadas neste capítulo– deve ser capaz de elucidar os aspectos epistêmicos da opressão para, em um segundo movimento, poder oferecer saídas para as injustiças que acompanham as diferentes faces da opressão. Uma face específica dessas injustiças é a epistêmica. Injustiças epistêmicas são precisamente aqueles apagamentos, silenciamentos, narrativas depreciativas, insensibilidades e cegueiras,²⁰ os quais requerem resistência epistêmica. A demanda

²⁰ O que também pode ser definido como participação desigual nas práticas de conhecimento, nas dinâmicas testemunhais viciadas e nos fenômenos de marginali-

aqui é, portanto, a de acessarmos nossos recursos epistêmicos e novas habilidades para minar e transformar estruturas normativas opressivas e comportamentos cognitivos responsáveis por sustentar tais estruturas (Medina, 2013, p. 3). O chamado é para transformarmos a resistência também em um recurso epistêmico. O projeto é coletivo, inacabado e passa por contranarrarmos os fenômenos internacionais, mobilizando termos, saberes e práticas não-convencionais.

Referências bibliográficas

- Acharya, A., Deciancio, M., Tussie, D. (Eds.). (2021). *Latin America in Global International Relations*. New York: Routledge.
- Ahmed, S. (2004). *Differences that matter: Feminist Theory and Postmodernism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ariza, M. (2000). Género y migración femenina: Dimensiones analíticas y desafíos metodológicos. En D. Barrera y C. Oehmichen (Eds.), *Migración y relaciones de género en México* (pp.33-62). México: UNAM.
- Baccarini, M., Minillo, X., Alvez, E. (2019). Gender Issues in the Ivory Tower of Brazilian IR. *Contexto Internacional*, 41(2). Recuperado de <https://www.scielo.br/j/cint/a/FRBqCszNmQXCjngrZGh3cbD/?format=pdf&lang=en>
- Benhabib, S. (2003). *The Reluctant Modernism of Hannah Arendt*. New York: Rowman y Littlefield Publishers.
- Brown, C., y Ainsley, K. (2005). *Understanding International Relations*. London: Palgrave Macmillan.
- Cabezas González, A. (2014). Anotaciones sobre el tejido feminista latinoamericano: Más allá de las genealogías. *Contextualizaciones latinoamericanas*, 2(11), 1-14. <https://doi.org/10.32870/cl.v0i11.2756>
- Cabnal, L. (2010). Acercamiento a la construcción del pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias

zação hermenêutica, para ficarmos apenas com os casos citados por Medina, em seu *The epistemology of resistance* (2013).

- de Abya Yala. En *Feminismos diversos: El feminismo comunitario*. ACSUR. Recuperado de <https://porunavidavivible.files.wordpress.com/2012/09/feminismos-comunitario-lorena-cabnal.pdf>
- Çalkivik, A. (2020). *Poststructuralism and Postmodernism in International Relations*. Oxford Research Encyclopedias – International Studies. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190846626.013.102>
- Carballido Coria, L. y Torrez Cruz, C. (2014). Las identidades sexo-genericas diversas como categoría de subalternidad. *Estudios de Asia y África*, 49(3), 723-754. <https://doi.org/10.24201/eea.v49i3.2082>
- Carneiro, S. (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese (Tese Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado de <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>
- Castro-Gómez, S., y Grosfoguel, R. (Coords.). (2007). *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores.
- Ciurlo, A. (2015). La migración femenina y los cambios en las relaciones de género en las familias: El caso de las transmigrantes colombianas en Italia. *Oasis*, 21, 55-79. <https://doi.org/10.18601/16577558.n21.04>
- Code, L. (1981). Is the sex of the knower epistemologically significant?. *Metaphilosophy*, 12(3-4), 267-276. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9973.1981.tb00760.x>
- Code, L. (2007). The Power of Ignorance. En S. Sullivan y N. Tuana (Eds.). *Race and Epistemologies of Ignorance*. New York: State University of New York Press.
- Code, L. (2014). Ignorance, Injustice and the Politics of Knowledge. *Australian Feminist Studies*, 29(80), 148-160. <https://doi.org/10.1080/08164649.2014.928186>

- Coker, C. (1990). Women and international Relations. *The Salisbury Review*, 8(4), 23-27.
- Cruz-Manjarrez, A. (2018). Género, trabajo e integración social de inmigrantes mayas yucatecos en San Francisco, California. *Norteamérica*, 13(2), 113-142. Recuperado de <https://www.revistanorteamerica.unam.mx/index.php/nam/article/view/319>
- Curiel, O. (2007). Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. *Nómadas*, 26, 92-101. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/1051/105115241010.pdf>
- Curiel, O. (2009). *Descolonizando el feminismo: Una perspectiva desde America Latina y el Caribe*. Apresentado no 1º Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista, Buenos Aires.
- Curiel, O. (2014a). Hacia la construcción de un feminismo descolonizado. En Y. Espinosa Miñoso, D. Gómez Correal y K. Ochoa Muñoz (Eds.), *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala* (pp. 325-335). Popayán: Universidad del Cauca.
- Curiel, O. (2014b). Construyendo metodologías feministas desde el feminismo decolonial. En I. M. Azkue, M. Luxán, M. Legarreta, G. Gusmán, I. Zirion y J. A. Carballo (Eds.), *Otras formas de (re)conocer: Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista*. Bilbao: Zubiria Etxea.
- Daukas, N. (2011). Altogether Now: A Virtue-Theoretic Approach to Pluralism in Feminist Epistemology. En H. E. Grasswick (Ed.), *Feminist Epistemology and Philosophy of Science*. London ; New York: Springer Science.
- De Almagro Iniesta, M. M. (2014). La desglobalización de la sociedad civil: Los casos de Burundi y Liberia sobre los derechos de la mujer. *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, 105, 117-139. Recuperado de <https://raco.cat/index.php/RevistaCIDOB/article/view/275693>

- Diamond, I. (2017 [1994]). Nuestros cuerpos, nuestra tierra: La política de renovación, reestructuración y (re)evolución. *Relaciones Internacionales*, 34, 77-87. <https://doi.org/10.15366/relacionesinternacionales2017.34.004>
- Díaz Carrasco, M. (2013). “¿De empleada a ministra!”: Despatriarcalización en Bolivia. *Íconos*, 45, 75-89. <https://doi.org/10.17141/iconos.45.2013.3109>
- Enkerlin Madero, H. y Luis Zatarain, M. (2011). ¿Víctimas o victimarias? Replanteando concepciones sobre mujeres terroristas suicidas. *CONfines de relaciones internacionales y ciencia política*, 7(13), 147-176. Recuperado de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63318892005>
- Enloe, C. (1989). *Bananas, Beaches and Bases: Making feminist sense of international politics*. Berkeley: University of California Press.
- Espinosa Miñoso, Y. E. (2020). Fazendo uma genealogia da experiência; o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. En H. B. Holanda, *Pensamento Feminista Hoje: Perspectiva decolonial*. Rio de Janeiro: Bazar.
- Espinosa Miñoso, Y., Gómez Correal, D. G. y Ochoa Muñoz, K. (Eds.). (2014). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Universidad del Cauca.
- Félix, N. (2019). When the Body Speaks (to) the Political: Feminist Activism in Latin America and the Quest for Alternative Democratic Futures. *Contexto Internacional*, 41, 89-112. <http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start>.
- Figueiredo Pires de Almeida, M. (2018). Women Mayors in Portugal: A Case Study in Political Representation and Citizenship. *Revista de Sociologia e Política*, 26(68), 27-42. Recuperado de <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/65278>

- Foucault, M. (1989). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2016). *Em defesa da sociedade: Curso do Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Fricker, M. (2000). Pluralism Without Postmodernism. En M. Fricker y J. Hornsby (Orgs.), *The Cambridge Companion to Feminism in Philosophy* (pp. 146-165). Cambridge: Cambridge University Press.
- Fricker, M. (2007). *Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing*. Oxford: Oxford University Press.
- Galindo Rodríguez, F. (2013). Enfoques postcoloniales en Relaciones Internacionales: Un breve recorrido por sus debates y sus desarrollos teóricos. *Relaciones Internacionales*, 22, 85-107. <https://doi.org/10.15366/relacionesinternacionales2013.22.005>
- Gilligan, C. (1982). *In a Different Voice*. Cambridge: Harvard University Press.
- Gray, P. S., Williamson, J. B., Karp, D. A. y Dalphin, J. R. (2007). *The Research Imagination: An Introduction to Qualitative and Quantitative Methods*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Grecco, G. de L. (2020). Feminismos y género en los Estudios Internacionales. *Relaciones Internacionales*, 44, 127-145. <https://doi.org/10.15366/relacionesinternacionales2020.44.007>
- Gutting, G. (1990). Foucault's genealogical method. *Midwest Studies in Philosophy*, 15, 327-343. <https://doi.org/10.1111/j.1475-4975.1990.tb00221.x>
- Hansen, L. (2010). Ontologies, epistemologies, methodologies. En L. J. Shepherd (Ed.), *Gender matters in global politics: A feminist introduction to international relations* (17-27). Londres: Routledge.
- Haraway, D.J. (1986). Primatology is politics by other means. En R. Bleier (Ed.), *Feminist approaches to science*. New York: Pergamon Press.
- Harding, S. (1986). *The Science Question in Feminism*. Ithaca: Cornell University Press.
- Harding, S. (1987). Introduction: Is there a Feminist Method? En S.

- Harding *Feminism and Methodology: Social Science Issues*. Milton Keynes: Open University Press.
- Harding, S. (1991). *Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives*. Ithaca: Cornell University Press.
- Harding, S. (1998). *Is Science Multicultural?: Postcolonialisms, Feminisms, and Epistemologies*. Bloomington: Indiana University Press.
- Hartman, S. (2008). Venus in two acts. *Small Axe*, 12(2), 1-14. <https://doi.org/10.1215/-12-2-1>
- Hartman, S. (2019). *Wayward Lives, Beautiful Experiments: Intimate Histories of Social Upheaval*. New York: W. W. Norton y Company.
- Hoffman, M. (1987). Critical Theory and the Inter-Paradigm Debate. *Millennium: Journal of International Studies*, 16(2), 231-250. <https://doi.org/10.1177/03058298870160022801>
- Hooks, B. (2019). *Da Margem ao Centro*. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- Hutchings, K. (1994). The Personal is International: Feminist epistemology and the case of international relations. En K. Lennon y M. Whitford, *Knowing the Difference: Feminist Perspectives in Epistemology*. London: Routledge.
- Keohane, R. (1991). International relations theory: Contributions of a feminist standpoint. En R. Grant y K. Newland (Eds.), *Gender and International Relations* (pp. 41-50). Milton Keynes: Open University Press.
- Keohane, R. (1998). Beyond Dichotomy: Conversations Between International Relations and Feminist Theory. *International Studies Quarterly*, 42(1), 193-197. <https://doi.org/10.1111/0020-8833.00076>
- Koopman, C. (2008). Foucault's historiographical expansion: Adding genealogy to archaeology. *Journal of the Philosophy of History*, 2(3), 338-362.
- Lamas, M. (2018). Del 68 a hoy: La movilización política de las mujeres.

- Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, 63(234), 265-285.
<https://doi.org/10.22201/fcpys.2448492xe.2018.234.65427>
- Lander, E. (Org.). (2005). *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. São Paulo: CLACSO. Recuperado de https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/buscar_libro_detalle.php?id_libro=164
- Langton, R. (2000). Feminism in epistemology: Exclusion and objectification. En M. Fricker y J. Hornsby, *The Cambridge Companion to Feminism in Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Magliano, M. J. y Domenech, E. (2009). Género, política y migración en la agenda global: Transformaciones recientes en la región sudamericana. *Migración y desarrollo*, 7(12), 53-68. <https://doi.org/10.35533/myd.0712.mjm.eed>
- Maione, E., y Rodrigues, T. (2019). Genealogia e Agonismo como Metodologia nas Relações Internacionais: Reflexões a partir da Justiça de Transição. *Carta Internacional*, 14(1), 153-176. <https://doi.org/10.21530/ci.v14n1.2019.821>
- Medina, J. (2011). Toward a Foucaultian Epistemology of Resistance: Counter-Memory, Epistemic Friction, and Guerrilla Pluralism. *Foucault Studies*, 12, 9-35. <https://doi.org/10.22439/fs.v0i12.3335>
- Medina, J. (2013). *The Epistemology of Resistance: Gender and Racial Oppression, Epistemic Injustice, and the Social Imagination*. Oxford: Oxford University Press.
- Moutinho, L. (2004). “Raça”, sexualidade e gênero na construção da identidade nacional: Uma comparação entre Brasil e África do Sul. *Cadernos Pagu*, 23, 55-88. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644657>
- Rodrigues, T. (2013). Agonismo y genealogía: Hacia una analítica de las Relaciones Internacionales. *Relaciones Internacionales*, 24, 89-107.

- <https://doi.org/10.15366/relacionesinternacionales2013.24.004>
- Rodríguez, P. G. (2012). La mujer militar en las fuerzas armadas. *Cuadernos de Estrategia*, 157, 139-174. Recuperado de https://www.ieee.es/publicaciones-new/cuadernos-de-estrategia/2013/Cuaderno_157.html
- Rojas, D. M. (2004). La historia y las relaciones internacionales: De la historia inter-nacional a la historia global. *Historia Crítica*, 27, 153-167. <https://doi.org/10.7440/histcrit27.2004.08>
- Schwether, N. y Pagliari, G. (2016). As novas tendências militares: Uma oportunidade para as mulheres? *Estudos Internacionais*, 4(3), 45-58. <https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2016v4n3p45>
- Sebastián Aguilar, E. (2019). Mujeres me'phaa, resistencia y sentido del lugar ante los despojos del extractivismo y el narcotráfico. *Íconos*, 64, 69-88. <https://doi.org/10.17141/iconos.64.2019.3643>
- Stefanes Pacheco, I. (2013). La actuación de la mujer indígena guaraní kaiowá en las reivindicaciones territoriales. *Íconos*, 45, 25-39. <https://doi.org/10.17141/iconos.45.2013.3105>
- Strzelecka, E. K. (2017). *Mujeres en la Primavera Árabe: Construcción de una cultura política de resistencia feminista en Yemen*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- Sylvester, C. (2004). *Feminist International Relations: An Unfinished Journey*. New York: Cambridge University Press.
- Sylvester, C. (2014). Presentando a Elshtain, Enloe y Tickner: Una mirada a los esfuerzos feministas más importantes antes de continuar el viaje. *Relaciones Internacionales*, 27, 117-152. <https://doi.org/10.15366/relacionesinternacionales2014.27.006>
- Cockles Teixeira, M. y Quirino Steiner, A. (2017). As mulheres na carreira diplomática brasileira: Considerações sobre admissão, hierarquia e ascensão profissional. *Monções*, 6(11), 250-280. <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v6i11.6918>

- Tickner, J. A. (2001). *Gendering World Politics: Issues and Approaches in a Post-Cold War Era*. Nueva York: Columbia University Press.
- Tickner, J. A. (2006). Feminism meets International Relations: Some methodological issues. En B. A. Ackerly, M. Stern y J. True (Orgs.), *Feminist Methodologies for International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Thiry-Cherques, H. R. (2010). À moda de Foucault: Um exame das estratégias arqueológica e genealógica de investigação. *Lua Nova*, 81, 215-248. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/ln/a/pcFq8fmfKs3tvS9z5ZRxGCD/?format=pdf&lang=pt>
- Velasco De Castro, R. (2018). Teoría y praxis del discurso democrático en Marruecos desde una perspectiva de género: Malika al-Āšimīl. *Revista de Estudios Internacionales Mediterráneos*, 25, 60-78. <https://doi.org/10.15366/reim2018.25.004>
- Ventura, R. W., y Kritsch, R. (2017). Relações Internacionais, teorias feministas e produção de conhecimento: Um balanço das contribuições recentes. *Monções*, 6(11), 24-57. <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v6i11.6902>
- Ventura, R. W., y Kritsch, R. (2020). A radicalidade do particular: O encontro entre a ética do cuidado e as epistemologias feministas. *Mais que Amélias*, 7, 1-35. Recuperado de https://8817bea9-051e-4071-aa02-bb0ea330c83e.filesusr.com/ugd/cafbb5_5bf2b798507a44698c499ad6eaf31f38.pdf
- Villarroel Peña, Y. U. (2018). Feminismos descoloniales latinoamericanos: Geopolítica, resistencia y *Relaciones Internacionales*. *Relaciones Internacionales*, 39, 103-119. <https://doi.org/10.15366/relacionesinternacionales2018.39.006>
- Walker, R. B. J. (1988). *One World, Many Worlds: Struggles for a Just World Peace*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Walsh, C. (2005). Introducción. En C. Walsh (Ed.), *Pensamiento Crítico y matriz (de)colonial: Reflexiones Latinoamericanas*. Quito: Editorial Abya-Yala.

Weber, C. (1994). Good Girls, Little Girls, Bad Girls: Male Paranoia in Robert Keohane's Critique of Feminist International Relations. *Millennium: Journal of International Studies*, 23(2), 337-49. <https://doi.org/10.1177/03058298940230021401>